

EDUCAR E CUIDAR NO COTIDIANO DA CRECHE: AVANÇOS E DESAFIOS

Leticia Nascimento dos Santos Costa¹

Yara R. de la Iglesia²

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a polarização entre o cuidar e o educar no cotidiano da creche. Para atingir o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi a revisão crítica da literatura, apoiando-se em autores que são referência na área da Educação Infantil brasileira. Constatou-se que, mesmo que a Educação Infantil tenha passado por muitas transformações ao longo do tempo, os resquícios do passado ainda se encontram presentes nas práticas cotidianas dos(as) profissionais. Apesar dos inúmeros avanços e conquistas, o cuidar/educar ainda é concebido em muitas instituições de forma fragmentada, mesmo que não exista uma linha demarcatória de onde um se inicia e outro termina, visto que esses dois processos se cruzam e se complementam a todo momento no dia a dia. Essa premissa remete-nos à compreensão de que é necessário repensar a prática educativa com as crianças pequenas, revendo as concepções de cuidar para além da higienização e da assistência, e as concepções de educar para além da preparação para etapas futuras do desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Docência. Educar e Cuidar.

ABSTRACT

This work aimed to reflect on the polarization between caring and educating in the day care center. To achieve the proposed objective, the methodology used was a critical review of the literature, based on authors who are a reference in the field of Brazilian Early Childhood Education. It was found that even though Early Childhood Education has undergone many changes over time, the remnants of the past are still present in the daily practices of professionals. Despite the numerous advances and achievements, caring/educating is still conceived in many institutions in a fragmented way, even if there is no demarcation line from where one begins and the other ends, since these two processes always intersect and complement each other day to day. This premise leads us to the understanding that it is necessary to rethink the educational practice with

¹ Faculdade Unina. Licenciada em Pedagogia. E-mail: 2leh.costa@gmail.com

² Professora da Faculdade Unina. Mestre e Doutora em Educação e Licenciada em Pedagogia. E-mail institucional: yara@unina.edu.br

young children, reviewing the concepts of care beyond hygiene and assistance, and the concepts of educating beyond the preparation for future stages of child development.

Keywords: Child education. Teacher. Educate and Care

INTRODUÇÃO

Mesmo que na literatura e em documentos legais haja uma superação da cisão histórica entre cuidar e educar, o grande desafio posto é assegurar que, no âmbito das instituições de Educação Infantil, creches e pré-escolas, isso se concretize nas práticas realizadas pelos(as) profissionais que trabalham com as crianças pequenas. É difícil pensar em uma instituição de Educação Infantil em que não estejam presentes os cuidados com o corpo da criança, sua alimentação, sua saúde, seu crescimento e seu desenvolvimento cognitivo, motor e afetivo.

Quando a pesquisadora começou a trabalhar como estagiária em uma instituição de Educação Infantil, pôde observar que a teoria e a prática se mantinham distantes. A partir daí, iniciaram-se diversos questionamentos, tais como: cuidar das crianças de zero a cinco anos está relacionado a uma perspectiva assistencialista e higienista? Isso porque, na rotina estabelecida pela instituição, o momento do cuidado com o corpo era realizado pelas auxiliares, e a “atividade pedagógica”, pelas professoras. Indagações como essa deram origem à seguinte pergunta de partida: É possível articular o educar e cuidar como ações indissociáveis na Educação Infantil?

Acreditando que é por meio da pesquisa que se questionam os problemas originados na prática e que são essas experiências que impulsionaram o estudante a buscar respostas, formulou-se o seguinte objetivo geral: refletir sobre a polarização entre o educar e cuidar no cotidiano da creche, e, como objetivos específicos: identificar as raízes históricas da creche no Brasil; analisar o papel das mulheres na Educação Infantil; discutir o cuidar e o educar como ações indissociáveis na educação dos bebês e das crianças bem pequenas.

Esta pesquisa foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico,

sendo utilizados livros, periódicos, artigos, teses de doutorado e dissertações de mestrado. Conforme Boccato (2006), a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica.

Para melhor compreender e dialogar com tais conceitos, apresentamos um breve recorrido histórico, sinalizando o direito à Educação Infantil no Brasil, destacando a ampla “participação dos movimentos comunitários, dos movimentos de mulheres, dos movimentos de trabalhadores, dos movimentos de redemocratização do país, além, evidentemente, das lutas dos próprios profissionais da educação”. (BRASIL, 2009).

Em seguida, discutimos, de maneira sucinta, o papel das mulheres na educação das crianças pequenas, problematizando o cuidar e o educar nas rotinas da Educação Infantil.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Ao longo da história, o cuidado e a educação dos bebês e das crianças pequenas foram entendidos como tarefas de responsabilidade familiar, particularmente da mãe e das outras mulheres. Quando a criança era um pouco maior, apresentando certa independência, passava a aprender os ofícios dos adultos, ajudando-os nas tarefas do cotidiano. “Não obstante o predomínio quase exclusivo do contexto doméstico para educação da criança pequena, arranjos alternativos para prestar esse cuidado àquelas em situação desfavorável foram sendo culturalmente construídos ao longo da história. (OLIVEIRA, 2014, p. 22).

Tais arranjos envolveram desde o uso de redes de parentesco, nas sociedades primitivas, ou de “mães mercenárias”, já na Idade Antiga, até a criação de “rodas” - cilindros ocos de madeira, giratórios, construída em muros de igrejas ou hospitais de caridade que permitiam que bebês fossem nele

deixados sem que a identidade de quem os trazia precisasse ser identificada - para recolhimento dos “expostos” ou a deposição de crianças abandonadas em lares substituto, já na Idade Média e Moderna (KUHLMANN Jr., 1998). A responsabilidade por esse recolhimento ficava a cargo das entidades religiosas, que procuravam fazer com que os enjeitados fossem conduzidos a um ofício, quando crescessem.

Por volta de 1960/70, com o crescimento da industrialização, a constituição de uma nova elite burguesa, o agravamento do estado de miséria de muitas pessoas e a inserção da mulher no mercado de trabalho assalariado dá início a um processo de protestos sociais por mais creches. Para Teles (2015, p. 19).

A creche, num primeiro momento, foi considerada como um direito trabalhista de trabalhadoras mães de crianças bem pequenas. Tanto assim que aparece na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, como obrigação das empresas que empregam mais de 30 mulheres acima de 16 anos de manter um local apropriado para guardar os filhos de suas empregadas, no período da amamentação.

As creches surgiram no Brasil com um caráter basicamente assistencialista, uma vez que mantinham as crianças para que as mães em situação de vulnerabilidade pudessem trabalhar, já que, com idade inferior a seis/sete anos, não poderiam frequentar a escola (KUHLMANN, 2003). E, mesmo tendo sido criadas como um direito trabalhista, poucas fábricas possuíam creches em suas dependências, pois, de modo geral, o movimento sindical, priorizava outras reivindicações para os(as) trabalhadores(as).

O papel das mulheres na luta por direitos não pode ser deixado de evidenciar. Muitas mulheres, inclusive, perderam a vida ou deram à luz dentro de cativeiros, lutando por direitos durante a ditadura militar no Brasil. Os movimentos feministas no final da década de 1970 viam na creche uma possibilidade de emancipação. Dentro desse contexto sociopolítico, “ora a creche era vista como coisa do socialismo, ora como um ato de caridade para com as mães pobres e suas crianças, as feministas colocaram a creche no campo dos direitos das crianças pequenas” (TELES, 2015, p. 22-23).

Como pode-se constatar, a creche foi considerada como uma estrutura de

assistência, cujas atividades se dirigiam, quase que exclusivamente, à população de baixa renda e, conseqüentemente, com menor acesso a benefícios sociais. Foi a partir das manifestações feministas no final dos anos 70 que a creche é reivindicada como um direito da mulher trabalhadora.

Dessa forma, é importante destacar que a Educação Infantil no Brasil passa por uma mudança substancial a partir dos anos 80, impulsionada pelas mudanças legislativas e a promulgação da Constituição de 1988 (CF/88). Segundo Oliveira (2020), foi por meio das lutas dos movimentos por creches e pela democratização da escola pública que foi elaborada a Constituição de 1988 (CF/88). Nessa Constituição, está assegurado o reconhecimento da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido pelos sistemas de ensino. Estabelece-se o direito da criança à educação, considerado como um direito social (art. 6º), direito de segunda dimensão, ligado ao valor da igualdade, de caráter positivo, ou seja, que necessita da atuação do Estado para ser concretizado (BRASIL, 1988).

Foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996 que a Educação Infantil passou a fazer parte da primeira etapa da Educação Básica, ultrapassando a concepção da creche como local de cuidado e assistência. Atualmente a Educação infantil atende crianças de zero a cinco anos como um contexto de desenvolvimento e aprendizagem, possuindo sua própria valoração e especificidade.

Diante do exposto, na sequência, discutiremos o lugar das mulheres como agentes de reivindicação de instituições públicas que se ocupam dos seus filhos, dividindo a responsabilidade do cuidado e educação das crianças pequenas com as famílias. É importante destacar que muitas dessas mulheres acabaram ocupando esse lugar como professoras, envoltas na aura da maternidade e da missão.

A FEMINILIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O aumento significativo de mulheres na docência ocorreu por múltiplos fatores, entre eles a crescente urbanização e industrialização, que, por um lado,

estimulava a entrada de um contingente ainda maior de meninas nos bancos escolares e, por outro, impulsionava os homens professores para as fábricas – uma vez que ofereciam boa remuneração – deixando um espaço cada vez maior para o ingresso feminino na docência (CAMPOS, 2002).

Segundo Carvalho (2005), com a entrada da mulher no mundo de trabalho, associou-se a ela a função de professora, visto que já a exercia no lar. De certa forma, a construção da imagem social da professora da Educação Infantil teve origem na vinculação entre ensino escolar e família e entre mãe e professora, ou seja, na concepção assistencialista fundamentada em ideias socialmente construídas de infância e cuidado.

Nos anos de 1950/60, a saída profissional para as mulheres - que já não aceitavam ocupar-se somente do doméstico - foi o magistério, visto que essa profissão não atentava contra a domesticidade e maternidade reservada a elas. Para Almeida (1996):

Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas desempenhadas no lar - pelo menos esse era o discurso oficial do período. Para as mulheres que vislumbraram a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão envolta na aura da maternidade e da missão (ALMEIDA, 1996, p. 27).

As mulheres começam a ocupar as instituições que atendiam crianças pequenas, visto que elas eram conhecidas como um segundo lar, e as mulheres, como uma segunda mãe para os bebês e crianças. Posto que nem todas as profissões poderiam ser realizadas pelas mulheres, elas poderiam receber algum tipo de educação, desde que não ultrapassasse alguns limites ameaçando o bem-estar das famílias, filhos(as) e maridos.

Como pudemos ver brevemente, a atuação do professor na educação de crianças pequenas foi marcada pelas contradições entre o feminino e o profissional, e o discurso da maternidade como papel principal das mulheres na educação e socialização das crianças. “... a boa professora era aquela que

não se preocupava com o seu salário, pois a docência era algo natural, sua vocação, [...] a escola seria o seu lar e, como se sabe, as tarefas do lar são feitas gratuitamente, apenas por amor” (LOURO, 2004, p. 466). Arce (2001, p. 167) corrobora essa ideia, afirmando que historicamente foi consolidada “a imagem do profissional dessa área como sendo da mulher naturalmente educadora, passiva, paciente, amorosa, que sabe agir com bom senso, é guiada pelo coração, em detrimento da formação profissional”.

Atualmente, ainda prevalece essa lógica, mesmo considerando todos os avanços culturais, sociais, políticos e econômicos conquistados nas últimas décadas. Na Educação Infantil, temos apenas 2,5% de docentes do sexo masculino, proporção que vai aumentando, progressivamente, até chegar a 42% no Ensino Médio (INEP, 2019). Para Batista e Rocha (2018, p. 97), essa etapa da Educação Básica depende de melhores “definições de suas funções, o que exige pensar a ação docente em uma perspectiva mais ampla, visto que a constituição profissional apresenta hiatos no que diz respeito ao que lhe é próprio e particular”.

No próximo ponto, seguiremos com a discussão sobre cuidar e educar de bebês e de crianças pequenas em espaços coletivos. Importante destacar que o cuidado e a educação das crianças pequenas em nossa cultura são atribuídos às ações cuja responsabilidade recai predominantemente sobre as mulheres, como já foi mencionado anteriormente. Em meio a esse emaranhado de indefinições acerca dos significados do cuidar e educar, entendemos que ainda precisamos problematizar as práticas existentes no cotidiano das instituições de Educação Infantil para que seja possível compreender os impasses ainda vigentes.

COMO O CUIDAR EDUCAR SÃO ENTENDIDOS NA CONSTITUIÇÃO DAS ROTINAS

Barbosa (2006) considera que a rotina é uma categoria pedagógica “[...] que os responsáveis pela educação infantil estruturam para, a partir dela, desenvolver o trabalho cotidiano nas instituições de educação infantil” (p.

35). Segundo o autor Piero Bertolini (1996 apud BARBOSA, 2006, p. 44), [...] “a palavra *routine*, do ponto de vista da pedagogia, é uma concatenação de ações sequenciais, altamente previsíveis por serem habituais [...] práticas realizadas que fazem parte necessária e imprescindível do trabalho de cuidado das crianças [...]”.

A partir dessa concepção de rotina definida pelo autor, pode-se pensar que fazem parte das rotinas todas aquelas atividades que são recorrentes ou reiterativas na vida cotidiana coletiva. De acordo com Barbosa (2006), as rotinas podem ser interpretadas como “[...] produtos culturais criados, produzidos e reproduzidos no dia a dia, tendo como objetivo a organização da cotidianidade” (BARBOSA, 2006, p. 37).

As rotinas são presentes na organização do trabalho pedagógico na Educação Infantil, nas creches e nas pré-escolas. A rotina escolar significa desenvolver um trabalho diário por meio de horários, tarefas e atividades cotidianas organizadas de maneira colaborativa entre o(a) professor(a) e as crianças. Para que ocorra dessa forma, é fundamental que os(as) profissionais atribuam sentido e tenham clareza do próprio trabalho quando organizam o tempo e o ambiente de determinada forma, quando propõem certas atividades e oferecem alguns tipos de materiais ou quando solicitam determinados comportamentos das crianças.

Conforme Moura (2012), a forma como a rotina é pensada, considerando os tempos e espaços, deixa transparecer concepções referentes à criança, à infância, à educação infantil, ao papel do sujeito docente e do processo de aprendizagem e desenvolvimento. Aquí fica evidente que a maneira de organizar a rotina deixa claro a concepção de criança, de educação e, principalmente, qual é a concepção de educação e o cuidado presente na instituição.

Nessa perspectiva, Maranhão (2000, p. 117-118) defende a necessidade de integrar cuidar e educar – enquanto superação de uma visão histórica e preconceituosa sobre o ato de cuidar –, surgindo concomitantemente aos movimentos que culminaram “[...] no reconhecimento da creche como espaço educativo, confundindo cuidado com assistência ou com concepção higienista [...]”.

Aqui fica evidente um alinhamento conceitual com o que é previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI): “A educação em sua integralidade, entendendo o cuidado como algo indissociável ao processo educativo. A indivisibilidade das dimensões expressiva, motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural da criança” (BRASIL, 2009, p. 21). Constantemente, as ações de cuidados corporais são consideradas menos importantes, sendo entendidas como de natureza espontânea, repetitiva, automática, não necessitando de uma reflexão e planejamento sobre a forma como são propostas. Muitas vezes, os cuidados com o corpo, a alimentação, o sono não são considerados como conteúdo da Educação Infantil.

Essas atividades têm fundamento educacional quando o professor age com “respeito, paciência, alegria, usando um tom de voz ameno, quando sabe, e acredita, que ao cuidar também educa.” (OSTETTO, 2017, p. 61). Todos os momentos em que acontecem os cuidados com as crianças devem ser tranquilos, sendo que o professor precisa estar disponível para auxiliar os que precisarem.

Os momentos mais importantes da interação adulto-criança são os referentes aos cuidados corporais. [...]. Esta é uma excelente ocasião para que o adulto fale de uma forma íntima com a criança, não apenas com o objetivo de ensiná-la a comer, vestir ou despir-se sozinha, lavar as mãos e a utilizar o penico, mas principalmente para que, no decorrer dos cuidados pessoais, graças às satisfações das necessidades corporais e aos modos de satisfazê-las, a criança aprenda, depois de um reconhecimento prévio, a avisar e posteriormente a expressar, de forma específica, as necessidades em si mesmas, as exigências relativas à sua satisfação e, também, o sentimento do seu próprio bem-estar (FALK, 2004, p. 21).

Essas ações de cuidado estão impregnadas de intencionalidade e permeadas pelas ações pedagógicas de um profissional da Educação Infantil que planeja, observa e avalia sua prática. Nesse sentido, o cuidar e o educar são práticas indissociáveis.

Dentro dessa lógica, “o cuidar e o educar são vistos atualmente como algo indissociável à educação das crianças, tornando-se não só o objetivo da

educação da criança de 0 a 6 anos, mas também a sua especificidade”. (BAZÍLIO; KRAMER, 2003, p. 74). Para Kuhlmann Jr. (1998), toda e qualquer concepção de cuidado contém em si mesma um caráter educativo. Isso nos faz perceber que, mesmo os espaços categorizados como eminentemente assistencialistas, exercem algum tipo de educação, ainda que seja para a submissão.

Para Maranhão (2010), o cuidado cotidiano das crianças “permeado pelas ações pedagógicas, é uma prática profissional do professor de Educação Infantil e requer que ele se aproprie de conhecimentos e desenvolva competências com base nas ciências biológicas e humanas”. Dentro dessa perspectiva, a autora propõe que o(a) profissional da Educação Infantil possa:

- a) planejar e organizar o ambiente para os diferentes cuidados e aprendizagens nas diversas faixas etárias e em contexto coletivo e educacional;
- b) acolher, observar e interagir com familiares, bebês e crianças menores de 05 anos;
- c) compreender e empregar “a linguagem do cuidado” - formas de comunicação durante o cuidado corporal individual e coletivo;
- d) empregar procedimentos e atitudes seguras e adequadas ao contexto educacional e coletivo, de acordo com as normas sanitárias específicas para o contexto da creche e da pré-escola;
- e) registrar o processo de cuidado e desenvolvimento das crianças para acompanhar, avaliar, informar e planejar cuidados e atividades;
- f) identificar as necessidades das crianças e do grupo de crianças, avaliar, decidir e agir;
- g) informar, obter e transmitir informações;
- h) compartilhar e negociar valores, crenças e conhecimentos sobre as diferentes práticas de cuidados infantis com os familiares e outros profissionais, e;
- i) lidar com os desafios e avanços dos processos de integrar cuidados com as atividades educativas no contexto de Educação Infantil (MARANHÃO, 2010, p. 9).

Essa prática do cuidar e do educar deve ser entendida pelo professor de maneira integral, levando em consideração que essa é uma ação didática que depende uma da outra, que onde se cuida, também se educa. O professor tem essa responsabilidade, não apenas de ensinar, mas de educar em um contexto global, ele não precisa apenas preocupar-se com os conteúdos que vão ser repassados, mas no desenvolvimento integral da criança.

Dessa forma, todas as ações propostas, sejam elas relacionadas aos cuidados corporais, de higiene, alimentação ou não, devem ser desenvolvidas

de forma a possibilitar junto à criança a construção de conhecimentos por meio das relações estabelecidas. Ressaltando que os conhecimentos relacionados aos cuidados pessoais e de desenvolvimento da autonomia estão relacionados com a formação da criança enquanto ser humano. Seguindo o pensamento de Didonet (2003b, p. 9), não “há conteúdo educativo na creche desvinculado dos gestos de cuidar. Não há um ensino, seja um conhecimento ou um hábito, que utilize uma via diferente da atenção afetuosa, alegre, disponível e promotora de progressiva autonomia à criança”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a polarização entre o educar e cuidar no cotidiano da creche. Nessa direção, é possível observar um avanço no que se refere às conquistas na educação das crianças pequenas, em que a criança passa a ser compreendida como um sujeito de direitos. Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996, a Educação de crianças de zero a cinco anos passa a fazer parte da Educação Básica, ultrapassando o caráter assistencialista e de guarda. No entanto, ainda temos muitos desafios a serem vencidos, como sinalizam as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (DCNEI): “o campo da Educação Infantil vive um intenso processo de revisão de concepções sobre educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças”.

De acordo com as considerações anteriores, a constituição do(a) profissional da Educação Infantil também sofreu e continua a sofrer mudanças, inclusive muitos autores sugerem que a docência para bebês e crianças pequenas é uma profissão em construção. Foi somente a partir da LDBN (1996) que houve a ressignificação da identidade do(a) profissional da Educação Infantil. No percurso histórico realizado, pudemos perceber que a docência das crianças pequenas sempre foi majoritariamente feminina e que historicamente essa profissão esteve ligada à maternidade. Foi somente a partir da LDBN (1996) que esse profissional se torna professor(a), porém existindo, ainda, um estigma

muito grande relacionado à falta de remuneração e à visão social desses profissionais.

Face ao exposto, constatamos que a Educação Infantil, a partir da LDBN, cumpre com duas funções indispensáveis e indissociáveis: educar e cuidar, e sua proposta pedagógica deve garantir a articulação entre essas duas ações. O cuidar e o educar são princípios que norteiam todo o trabalho pedagógico.

Se pensarmos no desenvolvimento integral dos bebês e das crianças pequenas que frequentam a creche, a literatura indica que eles dependem tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva e dos cuidados com os aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e os cuidados com a saúde, quanto da forma como esses cuidados são oferecidos. A partir dessa verificação, pensamos que ainda necessitamos ressignificar as práticas de cuidados e educação nas nossas práticas cotidianas e caminhar para uma mudança no sentido da ampliação da visão de educação em que não existam dicotomias nas ações com as crianças pequenas, em que todo o processo seja entendido como um processo único de desenvolvimento.

De modo geral, espera-se que este estudo possa contribuir com a discussão do tema. Compreendendo as limitações, a importância e a complexidade, espera-se que outras pesquisas possam ser realizadas a fim de ampliar os conhecimentos referentes a este assunto que tem grande importância no contexto educacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulheres na escola: algumas reflexões sobre o magistério feminino.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n° 76, fev.1996, p. 71-78 27.

ARCE, A. **Documentação oficial e o mito da educadora na educação infantil.** Cadernos de pesquisa, São Paulo. p. 167-184, jul. 2001.

BATISTA, Rosa; ROCHA, Eloisa Candal. **Docência na Educação Infantil: origens de uma constituição profissional feminina.** Zero-a-seis, v. 20, n. 37, p. 95-111, 2018.

BARBOSA, Maria Carmem S. O que são mesmo as rotinas. **Por amor e por força**, 2006.

BAZÍLIO, Luís Cavalieri; KRAMER, Sônia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2003

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm Acesso em: 26 agosto 2021.

BRASIL. Parecer CNE/CEB. n.º 20, de 11 de novembro de 2009. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2009a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb02009.pdf>. Acesso em 15 ago. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2019: resumo Técnico**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/resumo-tecnico-2013-censo-da-educacao-basica-2019>. Acesso em 10 de setembro 2021.

BOCCATO, V.R.C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: A pesquisa bibliográfica Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.64-83/2021 <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 03 de set. 2021.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar da (Org.). **Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. 1. ed. Bragança Paulista: Ed. da Universidade São Francisco, 2002.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Gênero e análise sociológica no trabalho docente: um palco de imagens**. In: PEIXOTO, A. M. C. e PASSOS, M. (orgs.). A escola e seus atores: educação e profissão docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DIDONET, Vital (2003b). **Não há educação sem cuidado**. In: Revista Pátio Educação infantil, Ano I, nº1, 2003.

FALK, Judit. **Educar os três primeiros anos: a experiência de Lóczy**. Araraquara: JM Editora, 2004.

KUHLMANN Jr. Moisés. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

MARANHÃO, Damaris Gomes. **O cuidado com o elo entre saúde e educação**. Cadernos de Pesquisa, n. 111, p. 115-133, 2010.

MARANHÃO, Damaris. **O cuidado como elo entre saúde e educação**. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo. N. 111, p.115-133, dez. 2000.

MOURA, Marianne da Cruz. **A rotina de crianças de zero a dois anos na educação infantil e as especificidades infantis**. 149f. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos De. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. Cortez Editora, 2014.

OSTETTO, Luciana Esmeralda. **Sobre a organização curricular da Educação Infantil: conversas com professoras a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais**. Zero-a-Seis, v. 19, n. 35, p. 46-68, 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida; SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Porque a creche é uma luta das mulheres. **Inquietações feministas já demonstram que as crianças pequenas são de responsabilidade de toda a sociedade**, p. 250-277, 2018.